

RELATÓRIO ANUAL DE DEMANDAS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

EXERCÍCIO 2024

PORTO VELHO – RO

RELATÓRIO ANUAL DE DEMANDAS DE PROTEÇÃO DE DADOS – TRE-RO 2024

1. Introdução

O presente relatório reúne e sistematiza as informações referentes às demandas relacionadas à proteção de dados pessoais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) durante o exercício de 2024, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018). Seu objetivo é promover transparência ativa, bem como reforçar os mecanismos de governança, prevenção e responsabilidade no tratamento de dados pessoais.

1.1 Unidade Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais

A **Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO)** é a unidade institucionalmente designada como **Unidade Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais**.

A **Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais** é a **Juíza Ouvidora Sandra Maria Correia da Silva**, responsável por atuar como canal de comunicação entre o Tribunal, os titulares de dados pessoais e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), nos termos da Lei nº 13.709/2018.

2. Metodologia

Para a elaboração deste documento, foram considerados os seguintes elementos:

1. Registros da Ouvidoria e da Unidade Encarregada pelo Tratamento de Dados;
2. Consultas aos sistemas internos utilizados pelo Tribunal (SEI, PJe, Ouvidoria);
3. Informações encaminhadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação referentes a eventuais incidentes de segurança;
4. Pesquisa de autuações administrativas e judiciais classificadas na Tabela Processual Unificada (TPU) com temática relacionada à LGPD;
5. Levantamento de solicitações de titulares de dados pessoais registradas no período.

3. Solicitações de Titulares

Durante o ano de 2024, não foram registradas solicitações formais de titulares de dados pessoais relativas ao exercício dos direitos previstos nos arts. 18 e 19 da LGPD, tais como acesso, retificação, portabilidade, oposição ou revisão de decisões automatizadas.

Total de solicitações de titulares em 2024: 0.

4. Incidentes de Segurança

De acordo com informações prestadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação e demais unidades do Tribunal, não houve registro de incidentes de segurança envolvendo dados pessoais no período analisado.

Total de incidentes registrados: 0.

5. Consultas Internas ao Encarregado

No exercício de 2024, nenhuma unidade interna encaminhou consultas formais à Encarregada ou à Ouvidoria sobre tratamento de dados pessoais ou interpretação da LGPD no contexto institucional.

Total de consultas internas: 0.

6. Processos Administrativos Relacionados à LGPD

A análise das autuações realizadas no SEI não identificou processos administrativos diretamente relacionados à proteção de dados pessoais ao longo de 2024.

Total de processos administrativos correlatos: 0.

7. Processos Judiciais Classificados na TPU

A verificação da Tabela Processual Unificada (TPU), bem como dos processos judiciais envolvendo o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, identificou que, no ano de 2024, foram registrados três processos judiciais, no âmbito das Zonas Eleitorais, classificados com código de assunto relacionado à privacidade e à proteção de dados pessoais.

Registra-se que tais processos tramitaram no primeiro grau da Justiça Eleitoral, não havendo, no período analisado, processos dessa natureza em tramitação no âmbito da Secretaria ou da instância administrativa do Tribunal.

8. Indicadores Consolidados – 2024

Categoria	Quantidade
Solicitações de titulares (DSAR)	0
Incidentes de segurança	0
Consultas internas ao Encarregado	0
Processos administrativos	0
Processos judiciais (TPU – temas LGPD)	3

9. Considerações Finais

O ano de 2024 transcorreu sem o registro de demandas administrativas formais ou solicitações de titulares relacionadas à proteção de dados pessoais no âmbito do TRE-RO.

Embora não tenham sido identificadas ocorrências com impacto direto em dados pessoais, permanece essencial a continuidade das ações de prevenção, capacitação e monitoramento, em consonância com as diretrizes nacionais da Carta de Brasília e com os requisitos de amadurecimento institucional em privacidade e proteção de dados.

O Tribunal reafirma seu compromisso com a conformidade à LGPD, com a transparência ativa e com a adoção de medidas que promovam segurança jurídica e proteção efetiva dos dados pessoais sob sua guarda.